



A INTERAÇÃO ENTRE O PÚBLICO DEFICIENTE VISUAL E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

LIMA, Manoela Tkatch de
SILVA, Rodolfo Stancki da (Orientador)

Resumo

O presente artigo é oriundo de pesquisas realizadas para confecção de um Trabalho de Conclusão de Curso. Este busca apresentar as maneiras como o público formado por deficientes visuais costuma se informar jornalisticamente. Além de analisar a baixa quantidade de produtos com acessibilidade destinados a este público, procura-se apresentar a dificuldade que os deficientes visuais possuem para buscar maneiras de se informar em uma sociedade que não oferece os meios acessíveis necessário, realizando, em alguns casos, eles mesmos a criação de acessibilidade para poder receber conteúdos jornalísticos. Para fundamentar tal discussão, foram realizados questionários com pessoas deficientes visuais e cegas, além de uma entrevista com uma associação de deficientes visuais do Paraná.

Palavras-chave: Jornalismo; fotojornalismo; fotorreportagem; acessibilidade; deficiência visual

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca referenciar, por meio de metodologias e pesquisas de campo, a maneira como o público formado por deficientes visuais costumam se informar jornalisticamente. Discutindo, paralelamente, o baixo número de produtos destinados a esse público dentro do cenário jornalístico, além de apresentar as maneiras que o público formado por deficientes visuais encontram para adaptar-se aos conteúdos jornalísticos pensados ao público com visão, ou seja, sem acessibilidade.

As pesquisas de campo e seus resultados aqui apresentadas são oriundos de apurações realizadas para confecção do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna autora deste artigo. Assim como parte dos estudos apresentados na introdução.

Para realizar a análise da interação do público deficiente visual e os produtos jornalísticos, foram realizados dois tipos de pesquisa de campo. Primeiramente, foi produzido um questionário com pessoas com deficiência visual. Nele, foram abordados temas como “quais meios de comunicação costumam se informar”, abrangendo televisão, rádio e internet, “qual tipo de acessibilidade utilizam”, citando áudiodescrição ou *braille*. Entende-se a importância deste tipo de questionamento uma vez que a maneira como se informam está diretamente relacionada aos tipos de conteúdo que são disponibilizados.

Posteriormente, foi realizada uma entrevista em profundidade com o secretário da Associação dos deficientes Visuais do Paraná (ADEVIPAR) com o objetivo de analisar quais meios de informação jornalísticas estão disponíveis aos portadores de deficiência visual e como as acessibilidades são disponibilizadas neles.

A entrevista foi realizada na Associação dos deficientes Visuais do Paraná (ADEVIPAR), com o segundo secretário do local, Jaime de Oliveira. A associação foi fundada em 1979 por um grupo de deficientes visuais que sentiam a necessidade de um grupo destinado e coordenado a eles. O local abrange atividades esportivas, educacionais, profissionais e de lazer para

peças cegas de qualquer idade, além de disponibilizar serviços na área de serviço social e direito. Todo trabalho realizado na Adevipar é voluntário.

A realização desta segunda pesquisa de campo deu-se pela necessidade de compreender com profundidade a maneira como os portadores de deficiência visual costumam se informar. Além de analisar quais tipos de produtos são disponibilizados, como são realizadas as acessibilidades necessárias e como o público deficiente visual consome a informação jornalística.

Reconhecendo a importância e a função do social do jornalismo, “como segmento da comunicação de massa, (o jornalismo) exerce a função aparente de informar, explicar e orientar” (LIMA, pg. 92, 2004), buscou-se analisar como o público compreende a quantidade de materiais acessíveis disponíveis no atual mercado.

Além disso, compreende-se a necessidade da discussão de direito à informação, uma vez que isto é previsto na legislação brasileira, como também a presença de acessibilidade.

Estes direitos são conhecidos como fundamentais e são previstos na Constituição Federal do Brasil, de 1988. Tanto no artigo 5º, inciso XIV, em que “é assegurado a todos o acesso à informação [...]”, quanto na Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no artigo 1º.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

E no artigo 2º, inciso I, da mesma lei, explica-se o que é considerado acessibilidade e como ela deve ser inserida na sociedade.

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso

coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Além disso, o presente projeto discute as maneiras em que o público formado por deficientes visuais costumam se informar, neste caso, cita-se o *braille* e a *áudiodescrição*.

O sistema *braille* é definido como um código universal de leitura palpável e de escrita, especificamente, dos dedos utilizados. Esse método possibilita a alfabetização e participação no ensino formal de pessoas com deficiência visual.

As séries, como são chamadas as formações de letras, podem ser representadas utilizando no máximo seis pontos, disponibilizados em três linhas com duas colunas cada, totalizando assim 64 configurações distintas que correspondem cada um dos sinais sistema *braille*. Dentre estas linhas, a que não apresenta um ponto em relevo é considerado espaço em branco.

Diferentes da escrita de videntes, a caligrafia do sistema *braille* é realizada da direita para esquerda, ou seja, de forma espelhada ao processo de leitura. Isso acontece, pois, a punção utilizada no reglete faz uma pressão na folha, fazendo com que o revelo fique ao lado contrário do que está sendo marcado.

A respeito da *áudiodescrição*, está pode ser definida como um recurso comunicacional que transforma imagens em palavras, reproduzindo objetivamente características que não sejam despercebidas por videntes, repassadas a partir de informações-chave. Desde que foi criada, a *audiodescrição* tem como objetivo tornar acessíveis os mais variados tipos de materiais para pessoas não-videntes, com baixa visão, com problemas de aprendizagem ou pessoas analfabetas.

Uma pessoa cega que assista, sozinha, ao filme *Náufrago*, por exemplo, sem o recurso da *audiodescrição*, certamente terá um nível de compreensão muito abaixo do mínimo necessário, haja vista que a maior parte do mesmo não possui qualquer diálogo. (SANT'ANNA, 2010, p. 151)

Em relação aos objetivos do presente artigo, destaca-se principalmente a discussão sobre os meios de informação que são disponibilizados ao público formado por deficientes visuais. Reconhecendo os motivos pelos quais quando questionados sobre quais tipos de mídia costumam se informar, os deficientes visuais buscam valorizar aquilo que não tenha a imagem como um ponto principal de comunicação.

Destaca-se também, a valorização do rádio e a internet pelos deficientes visuais, uma vez que enquanto um não traz imagem, apenas o som, o outro apenas usa ela para aproximar o leitor sobre o assunto, não sendo algo necessário para a compreensão da matéria.

Por fim, se vê, neste artigo, a necessidade de discutir o motivo de o jornalismo em si, não apresentar projetos com acessibilidade necessária ao público deficiente visual. E quando disponibilizados não buscam disponibilizar outros tipos de conteúdo jornalísticos, como por exemplo, documentários, fotografias ou documentos impressos em *braille*.

MÉTODO

Entre as metodologias utilizadas para realização das pesquisas de campos, foram utilizados questionários e entrevistas. Destaca-se a escolha do uso do questionário, pois buscou-se analisar a maneira que o público alvo procura se informar jornalisticamente, quais tipos de acessibilidade eles utilizam e qual o interesse deles por fotografia – foco principal do Trabalho de Conclusão de Curso, do qual a pesquisa original é oriunda. Diante da dificuldade de obter um alto número de respostas, analisou-se a necessidade de realizar uma entrevista para confirmar o interesse do público.

Dentre as diversas formas de entrevista, a escolhida à realização deste projeto foi a “semi-estruturada”. Esta serviu como embasamento para criação de questionamentos envolvendo assunto como “produtos jornalísticos para cegos”, “produtos fotográficos para cegos”, “quais métodos utilizados no consumo de notícias” e “quais métodos (*braille* ou audiodescrição) o público formado por deficientes visuais buscam em produtos”.

Questionário

De acordo com as autoras Lakatos e Marconi (2003), o questionário como metodologia de pesquisa é um instrumento de coleta de dados, estruturado por uma série ordenada de perguntas, que necessariamente devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. As autoras sustentam que

Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável. (LAKATOS E MARCONI, 2003, pg. 201)

Em relação ao processo de elaboração dos questionários, as autoras esclarecem que é necessário o pesquisador conhecer bem o assunto, conseguir dividi-lo em temas e após isso criar as perguntas. O arquivo não deve ser grande, pois isso pode causar cansaço e desinteresse nas pessoas. O questionário pode conter perguntas abertas, livres ou não limitadas e de múltipla escolha ou fechadas, com opções de *sim* e *não*. De acordo com as autoras, este último tipo de pergunta pode restringir as respostas, mas facilita o trabalho do pesquisador na análise dos dados.

Entrevista

Entre os métodos de pesquisa em jornalismo, temos a “Entrevista”, normalmente definida como o encontro entre duas pessoas, em que uma delas busca obter informações sobre algum assunto.

Lakatos e Marconi (2003) definem entrevista como um procedimento utilizado em investigações sociais, tanto para coleta de dados, quanto para ajudar em diagnósticos ou tratamentos de problemas sociais, proporcionando ao entrevistador a informação necessária.

Gil (2008) define a entrevista como “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação.” (2008, p. 109). Este método de pesquisa é considerado pelo autor uma forma de interação social.

Triviños (1987) apresenta ainda a classificação da “Entrevista Semi-Estruturada”. Método que parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses relacionadas à pesquisa e que oferece um campo amplo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que surgem à medida que se recebe respostas do entrevistado. “O informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

O autor esclarece que as perguntas presentes na entrevista semi-estruturada não nascem antes da experiência e sim são resultados da teoria e de toda informação que o pesquisador recolheu sobre o fenômeno social que lhe interessa. São importantes neste momento contatos em relação à escolha de pessoas que serão entrevistadas. Ibid. ressalta que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, as entrevistas semi-estruturadas apresentam melhores resultados quando trabalhada com diferentes grupos de pessoas e em etapas.

Quando se realizam, primeiro, entrevistas individuais com pessoas dos diferentes setores envolvidos; logo se avança com grupos representativos de sujeitos de cada setor e, finalmente, numa entrevista semi-estruturada coletiva, formada por sujeitos dos diferentes grupos (professores, alunos, orientadores educacionais e diretores). (TRIVIÑOS, 1987, p. 146)

De acordo com o autor, essas fases da entrevista podem ser chamadas de “processo de retroalimentação”, pois, as dúvidas que não foram esclarecidas ou os assuntos que faltaram nas entrevistas individuais podem ser mais bem elaborados nas entrevistas coletivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário realizado foi aplicado de três formas diferentes. A partir de uma lista, com telefones e e-mails, disponibilizada por voluntários da sessão de *braille* da Biblioteca Pública do Paraná, foram realizadas 10 entrevistas. A outra forma utilizada para captura de respostas foi fazer pessoalmente na Rua XV de Novembro, no centro de Curitiba.

A escolha do local de aplicação do questionário se deu, pois, além de ser movimentado, fica próximo a um dos locais que disponibiliza materiais com acessibilidade ao público deficiente visual, a Biblioteca Pública do Paraná.

Quando questionados quais tipos de acessibilidade costumam utilizar em livros ou materiais impressos, 40% dos entrevistados afirmou ser apenas o braille, 40% utiliza tanto está técnica quanto a audiodescrição. Apenas 20% confirmou utilizar apenas a audiodescrição.

Os resultados do questionário apresentaram que em relação aos meios de comunicação mais utilizados entre o público formado por deficientes visuais, existiu um empate de 34% entre o rádio e a televisão. Em relação aos telejornais, os entrevistados comentaram que as imagens não se tornam o ponto principal e o texto é sempre bem descritivo. Sobre o rádio, os entrevistados comentaram que mesmo sendo o áudio a principal forma de comunicação, as matérias ainda não são tão completas como na televisão, mas que gostam de utilizar esse meio por ser mais rápido e eficaz, já que os rádiojornais estão sempre sendo transmitidos.

Cerca de 31% dos questionados utilizam a internet como meio de informação. Quando questionados como utilizavam as páginas da *web*, os entrevistados comentaram que a partir de softwares de leitura de tela leem e-mails e páginas de jornais.

O principal fato de o jornalismo impresso não ser cita se deve a não existência de um jornal com acessibilidade em *braille* que seja impresso regularmente. E por questões ligadas a independência, não se vê como uma alternativa alguém ler o jornal.

Para compreender o motivo desses dois serem os meios mais utilizados na informação de pessoas com deficiência visual, realizou-se a entrevista semi-estruturada com o secretário da Adevipar e psicólogo, Jaime de Oliveira.

Jaime confirma que a forma mais fácil de um deficiente visual consumir notícias é tanto pelo rádio, quanto pelo telejornalismo. Isso ocorre, pois, as informações mais importantes serão faladas e, em grande parte das matérias, as imagens são um complemento ao texto e não algo principal.

Outro ponto destacado é a grande quantidade de programas telejornalísticos disponibilizados tanto na tv aberta, quanto na paga. Jaime comenta que esse grande número auxilia o deficiente visual não ficar alienado a só um tipo de notícia, principalmente se este for depender apenas de telejornais com acessibilidade.

Por exemplo, na TV aberta têm-se canais que disponibilizam conteúdos com acessibilidade, alguns exemplos são a “TV Aparecida”, que disponibiliza programas de artesanato com audiodescrição, e a “TV Cultura” que apresenta os programas “Espacial” e “Visual” com acessibilidade tanto para pessoas cegas quanto para pessoas surdas. Já na emissora Globo, alguns programas possuem um selo que informam a opção de audiodescrição das imagens.

Durante a entrevista, o secretário da Adevipar explicou que diante de tantos produtos audiovisuais disponibilizados o deficiente visual tem um prejuízo, mas ao mesmo tempo um ganho, como por exemplo, pelo fato de poder consumir produtos sem acessibilidade necessária. Já o prejuízo ocorre, pois ele apenas escuta e não recebe outro tipo de detalhamento, por exemplo, que uma pessoa vidente tem ao ver as cenas ou legendas que podem aparecer durante as imagens.

Porém, mesmo com essa acomodação, não há menosprezo ou diminuição na produção de produtos em braille, inclusive há um aumento nos produtos de mercado que trazem está técnica de acessibilidade. Na entrevista, Jaime comenta que o fato da legislação prever a necessidade de acessibilidade para todos os públicos, como em embalagens de medicamentos e produtos alimentícios, faz com que ela seja mais bem vista na sociedade. Mas que isso não é bem seguido pelos meios de comunicação.

CONCLUSÃO

Em uma sociedade predominantemente com pessoas que enxergam, o público formado por deficientes visuais encontra a dificuldade de achar produtos jornalísticos com acessibilidade e assim possuem a necessidade de se adaptar ao jornalismo não acessível.

Mesmo com diferentes formas de acessibilidade que auxiliam os deficientes visuais, destaca-se aqui o alfabeto em *braille* e a técnica de descrever as cenas – a áudiodescrição, o cenário jornalístico não busca criar produtos que tragam, exclusivamente, as características necessárias para consumo dos deficientes visuais. Por exemplo, produtos que possuam tempos maiores de silêncio para que cenas sejam áudiodescritas.

Com isso, uma das maneiras que este público encontra para se informar estão nas páginas de internet, nos telejornais e no rádio. Meios que dão prioridade a notícia falada ou escrita, e mesmo quando utilizam imagens, estas não são o principal meio de passar a informação.

Em relação aos sites jornalísticos, o público deficiente visual encontra a necessidade de criar sua própria acessibilidade com sistemas de computadores que leem aquilo que está aparecendo na tela. Entre os mais utilizados estão o *DoxVox*, sistema gratuito, que lê páginas da internet em que a pessoa está usando e traz um processo que possibilita a criação e exploração de todo painel de controle do computador, desde a tela inicial, até pasta com documentos. Esse programa possibilita a leitura, a partir de uma voz mecânica, de textos que estão aparecendo na tela. Esse mecanismo não é capaz de ler fotografias e outras imagens, nestes casos são indicados os tipos de arquivo que aparecem na tela.

Sobre telejornais a criação de acessibilidade pelo público não se vê tão necessária, uma vez que os textos das matérias são falados e, conseqüentemente, mais detalhados e mesmo quando utilizam alguma imagem, seja um gráfico ou imagens externas, o texto busca referenciá-la, não deixando minutos de silêncio que possam prejudicar o entendimento do público.

O mesmo ocorre com produtos jornalísticos vinculados nas rádios. Meio que, de acordo com entrevistas, mais se assemelha a uma maneira de acessibilidade aos deficientes visuais. Isso se deve, pois, há a preocupação de deixar o público, não necessariamente os cegos, bem informado apenas com a fala, sem utilizar nenhum tipo de imagem.

Com isso, conclui-se que o fato de não serem realizados produtos jornalísticos pensados, exclusivamente, para o público formado por deficientes visuais, não são um empecilho para que eles busquem por informação.

A partir do momento que se compreende a necessidade de se informar, este público, além de se ver obrigado a se adaptar, foi capaz de criar acessibilidade naquilo que não é oferecido diretamente a eles.

Durante a entrevista realizada na Adevipar, notou-se que um dos principais motivos para o baixo número de conteúdo com acessibilidade está relacionado ao trabalho e ao tempo que eles necessitam. Além das questões financeiras que dificultam ainda mais a realização de produtos acessíveis.

Porém, vê-se a necessidade de entender que o jornalismo, como um meio social responsável por informar todos os públicos, não se resume apenas a notícias na televisão, rádio ou internet. As informações jornalísticas podem ser realizadas a partir da fotografia ou de documentários.

Mesmo que o público deficiente visual entenda que a quantidade de produtos jornalísticos seja o suficiente para se informar, vê-se a necessidade de que os profissionais da área de jornalismo busquem criar acessibilidade em diferentes tipos de produtos. Pois, assim a quantidade de produtos destinados ao público com deficiência seja maior.

Ao mesmo tempo que os deficientes visuais não se veem presos a um tipo só de jornalismo, é importante que os estudantes de jornalismo, e até mesmo os profissionais da área, não se acomodem a esse pensamento. Além das diversas maneiras de poder disponibilizar a informação, fotografia, documentário, revista, devemos pensar nos diversos nichos existentes na área.

A partir desse pensamento, pretende-se criar um livro de fotorreportagem jornalística com acessibilidade em *braille* e áudiodescrição, disponibilizando ao público deficiente visual uma nova forma jornalística de se informar.

Referências

BRASIL, Lei Nº. 10.098/2000. Disponível em:
<[http://agenda.saci.org.br/index2.php?modulo=akemi&s=documentos
¶metro=1742](http://agenda.saci.org.br/index2.php?modulo=akemi&s=documentos¶metro=1742)> Acesso e: 9 de março de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 9 de março de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º edição. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º edição. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas** o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 3º edição. Manole. 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.